

## **SABERES SILENCIADOS: POR UMA PRÁTICA CURRICULAR DECOLONIAL NA EPJAI**

*João Faustino Andrade Junior<sup>1</sup>*

**Eixo:** Práticas educativas na EPJAI em diferentes contextos

**Palavras-chave:** Currículo. Decolonialidade. Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI).

**Introdução:** Um dos maiores desafios para os profissionais da educação é dar materialidade a uma prática pedagógica que trate as diferenças de forma equitativa e respeitosa, tendo como alicerce um currículo decolonial que materialize a valorização igualitária das diferentes e diversificadas raízes de matrizes africanas e indígenas, tomando como referência as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. O reconhecimento e a valorização destas culturas ensejam uma reflexão crítica acerca dos direitos a uma educação igualitária e não excludente. Neste cenário, direcionamos nosso olhar para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI), com vistas a um currículo que contribua para a formação humana em suas múltiplas dimensões constitutivas.

**Metodologia:** Esta pesquisa de natureza qualitativa, fundamenta-se em uma revisão da literatura sobre o currículo da EPJAI. Para tanto, realizou-se uma consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (jan./25 – nov./25), buscando trabalhos que abordassem a temática a partir dos descritores “currículo”, “Educação de pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI)” e “relações étnico-raciais”. A seleção dos materiais considerou, como critérios de leitura e análise, os títulos, resumos e discussões dos resultados apresentados nas pesquisas, de modo a identificar tendências, lacunas e perspectivas decoloniais presentes nas produções acadêmicas sobre o tema.

**Análise dos resultados:** Consideramos a aplicação das referidas leis no contexto da Educação Básica em especial EPJAI e analisamos que o espaço escolar deve ser um lugar de (re)existência, onde se tece memórias silenciadas e histórias interrompidas pela violência colonial. Grada Kilomba (2019) nos convida a questionar quem tem o direito de falar, de narrar, de ser reconhecido como sujeito de conhecimento?

Assim sendo, essa questão repercute com o questionamento de quem pode falar no currículo? Que vozes são ouvidas e quais são excluídas? Grada Kilomba (2019 p. 33.)

---

<sup>1</sup>Mestrando em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, São Francisco do Conde, BA. Bolsista CAPES. jfandradejr30@gmail.com

nos desvela que “O racismo fala através do silêncio; o silêncio é a linguagem do racismo.” Podemos dizer que esse silêncio, também se manifesta nas estruturas curriculares das escolas, principalmente no que tange à Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI).

O currículo da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI) precisa ser aprimorado a outras dimensões, desta forma Arroyo (2013 p.37-38) nos salienta que é necessário “[...] abrir os currículos de educação básica para concepções de conhecimento menos fechadas, mais abertas à dúvida e às indagações que vêm da própria dinâmica que está posta no campo do conhecimento.”

Em conformidade, se faz importante a valorização de um currículo decolonial, permeado pela oralidade, pela corporeidade, pela música e principalmente pela ancestralidade, de modo que possibilite aprimorar experiências e saberes dos povos africanos e afro brasileiros “[...] como horizonte disponível para credibilizarmos as ambivalências, as imprevisibilidades, as contaminações, as dobras, atravessamentos, interstícios, zonas fronteiriças, os não ditos, as múltiplas presenças, sabedorias e linguagens”, ou seja, as diversas possibilidades (Rufino, 2019, p. 18), com vistas a promover a equidade racial, social, o direito à palavra, à memória e à ancestralidade negra.

O desafio de construir um currículo que seja, ao mesmo tempo, relevante, libertador e emancipatório na Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI) exige um mergulho nas feridas criadas pela colonialidade sob uma imagem de um currículo eurocêntrico, que se solidificou como um território de silenciamento as memórias dos povos étnicos raciais.

Ao acolhermos os alunos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI), abraçamos sujeitos de trajetórias múltiplas, que impregnam em si o potencial da (re)existência. É nesse espaço que o currículo pode ser descolonizado e falacioso, não apenas ao ensinar sobre África e sua afrocentricidade, mas também ao reconhecer sua culturalidade que ali habita.

Segundo Arroyo (2013), a perspectiva de um currículo decolonial reforça, que é preciso “reconhecer a escola como território de disputas epistêmicas e políticas”, onde a decolonialidade não seja apenas uma teoria, mas sim uma prática cotidiana de reexistência pedagógica, desafiando a “neutralidade” curricular eurocêntrica, denunciando o racismo estrutural que permeia a seleção de saberes e a hierarquia de vozes. A análise dos artigos apontou como principais achados os limites e

possibilidades de uma educação que considere os contextos dos jovens, adultos e idosos. A importância de um currículo que valorize a diversidade, promova o respeito às diferenças, a construção afirmativa das identidades dos sujeitos da EPJAI.

Por sua vez, a decolonialidade não se restringe à mera crítica histórica do período colonial, mas sim, propor questionamentos as mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade (Mota Neto, 2016).

Sendo assim, as práticas decoloniais se amparam com o objetivo de desconstruir o colonialismo intrínseco em um currículo defasado, reprodutor das hierarquias raciais e sociais impostas pela colonialidade que, segundo Mota Neto (2016) nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

**Considerações Finais:** Um estudante - seja jovem, adulto ou idoso - carrega consigo um vasto repertório de saberes e práticas construídas ao longo de suas vivências. O currículo decolonial se evidencia nas rodas de conversas, onde cada aluno se apresenta como uma memória viva da diáspora, trazendo consigo tanto as marcas do trauma quanto a força de um descontentamento gerado pela colonialidade do saber.

Em virtude dos fatos, todos podem e devem falar! Ao (re)escrevermos o currículo da EPJAI, restauramos a autonomia de um povo e a sua dignidade afrocentrada, diante de uma educação que não ensine apenas a ler, mas também a ler o mundo e a escrevê-lo novamente com as cores do pertencimento daquela cultura, onde as histórias e as falas em outrora foram silenciadas pela utopia de uma educação emancipada.

### **Referências:**

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- MOTA NETO, João Colares de. **Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2021.
- RUFINO, Luis. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas**. [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro], 2017. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ.